



Além disso, Tiana Almiré também representou o movimento de Economia Solidária na reunião do Grito da Terra com a Presidenta Dilma Rousseff, e entregou o ofício solicitando uma audiência do movimento com a presidenta.

O apoio e as articulações internacionais também estiveram presentes, com respaldo internacional junto a estratégia articulada pelo FBES, quando diversas entidades, redes e movimentos internacionais, reconhecimento o avanço da organização do movimento no Brasil e das políticas públicas até então desenvolvidas, respaldaram e apoiaram a retirada das atribuições da economia do PL 865 e a criação de espaço próprio para a economia solidária.

As pressões realizadas geraram também a proposta de criação de um novo eixo temático no Plano PluriAnual, que segue em processo de negociação. E em diversos estados aproveitou-se também para o diálogo junto aos governos locais, estaduais e assembleias pela inclusão da economia solidária nas políticas públicas, por exemplo, a Paraíba aprovou emenda da economia solidária na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012.

Para uma noção mais clara deste curto período de intensos debates e articulações, em cerca de dois meses mobilizamos mais de 2500 pessoas do país para discutir as políticas públicas de economia solidária frente ao PL 865, com quase 400 falas de representantes de empreendimentos, entidades de assessoria, parlamentares e gestores públicos em plenária e nas mesas de debate das audiências. Envolvermos mais de 50 deputados estaduais, 30 deputados federais, representações de micro e pequenos empresários em mais de 10 Estados, além de participação de representantes da SENAES ou SRTE em mais de 15 audiências públicas estaduais e nacional.

Os argumentos colocados pelos membros dos fóruns locais nas audiências ocorreu de modo transparente, apartidário e dialogado entre os membros, por exemplo, com falas de que ficamos muito mais "em casa" se a política de Economia Solidária estiver junto com políticas como as territoriais (da paz, da cidadania, da pesca), as de agroecologia, de mulheres, de povos e comunidades tradicionais, de agricultura familiar, de cultura livre e pontos de cultura, de soberania alimentar e nutricional, de alimentação saudável, de educação popular, de meio-ambiente, de agroextrativismo, de tecnologia social, de saúde mental, etc.

A estratégia de diálogo através das audiências públicas permitiu visibilizar propostas importantes da economia solidária e sua identidade, como o PL da Economia Solidária, a proposta de secretaria especial de economia solidária e as resoluções da II CONAES.

Além disso, o Conselho Nacional de Economia Solidária também manifestou seu descontentamento com a forma como o PL 865 foi colocado, sem representar a construção da II CONAES, apoiou a estratégia dos debates nas audiências públicas, solicitando inclusive respeito a posição de maioria dos debates levantados. Os conselheiros também trouxeram uma pergunta importante à presidência: "quais são as justificativas para a presidência propor a ida da economia solidária para junto da secretaria de Micro e Pequena Empresa, se isso não foi deliberado em nenhuma resolução do conselho nem de nenhuma conferência?"; e recomendaram que o Conselho seja fortalecido, vinculando-o a presidência da república.

Para fechar o ciclo de audiências públicas, o FBES organizou um videoconferência junto a todos os fóruns locais para um balanço dos resultados das audiências públicas e definição de sua estratégia e pauta de negociações com o Governo a respeito do PL 865 e a Política de Economia Solidária. Participaram, de forma virtual, mais de 200 representantes dos fóruns locais de economia solidária de 21 estados do país. Cada estado participante da videoconferência se posicionou frente aos resultados das audiências públicas e com base nos debates de cada estado. Houve consenso quanto à proposta de negociação, que será publicizada e apresentada ao Governo Federal em Julho deste ano.

O PL 865 segue tramitação no Congresso Nacional junto às comissões na câmara dos deputados e posteriormente no Senado Federal. Também continuam as negociações e os diálogos com o Congresso e a Presidência, com o FBES levando o posicionamento das bases da economia solidária e dos fóruns locais.

Acesse todas as documentações sobre o PL 865, relatórios de audiências públicas e indicação de documentos na página www.cirandas.net/pl865

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Secretaria Executiva

SCS Quadra 6 – Bloco A
 Edifício Arnaldo Villares, Sala 514

70.324-900 - Brasília – DF

Fone/Fax: (61)3965-3268

E-mail: forum@fbes.org.br

Página: www.fbes.org.br

LINHA DO TEMPO RESUMIDA

❖ **23/05** – Acontece reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária, que emite uma moção de descontentamento com a forma como a presidência procedeu no envio do PL 865 sem diálogos, e apresenta três recomendações: 1. Que a presidência leve em alta consideração os canais de diálogo construídos, ou seja, as audiências públicas, a comissão tripartite e o GT; 2. Que a presidência emita um comunicado justificando a razão pela qual o governo acredita que a ES será fortalecida se for para a SEMPE, se não houve deliberações de Conferência nem do Conselho que apontassem nesta direção; 3. Que a presidência assuma o compromisso de levar o Conselho de modo a ficar ligado à Presidência, como são o CONSEA e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. A reunião do Conselho também discutiu propostas da ES para o PPA e para o Programa de Superação da Miséria. (<http://tinyurl.com/3eh27jo>)

❖ **24-25/05** – Ocorre a reunião Fórum Interconselhos, com mais de 400 conselheiras e conselheiros, e em que a Economia Solidária se torna extremamente visível em todos os debates e eixos, tanto temáticos como territoriais.

❖ **25/05** – O Ministério do Planejamento acena para SENAES a intenção de responder à proposta da SENAES de criação de um novo Programa Temático no PPA para a Economia Solidária, mas sugere que este programa leve outros temas consigo.

❖ **9/06** – Videoconferência do FBES junto aos fóruns locais de economia solidária para realizar um balanço e (re)posicionamento do FBES após as audiências públicas estaduais e nacional frente ao PL 865.

AGENDAS 2011

Por fim, é importante seguirmos na nossa caminhada de acumulação de forças e lutas, segue um resumo de importantes agendas nacionais e internacionais ainda deste ano:

X Reunião da Coordenação Nacional: 11 a 13 de agosto em Brasília. Com acumulação de debates e posicionamentos vindos dos fóruns estaduais de economia solidária;

Encontro de Diálogo e Convergências: em setembro de 2011. Cuja proposta é ampliar os diálogos e ações territoriais (locais e nacional) entre os movimentos sociais de agroecologia, segurança alimentar e nutricional, economia solidária, justiça ambiental e gênero;

Fórum Internacional de Economia Social e Solidária: 17 a 20 de outubro em Quebec, Canadá;

V Plenária Nacional de Economia Solidária: datas, temas e metodologia a serem definidas na próxima reunião da Coordenação Nacional do FBES.

